

# Cursinhos populares e a juventude: potencialidades e contradições

144

Mariana Gomes Vicente <sup>1</sup>

## Resumo

Juventude é um conceito polissêmico que envolve a dimensão biológica dos indivíduos e suas potencialidades de intervenção nos rumos coletivos de cada sociedade. Esses rumos são latentes a partir dos interesses daqueles que socializam as juventudes, sendo relevante analisar tanto as trajetórias escolares quanto a formação social brasileira que historicamente produziu, por sua condição dependente, um sistema de educação extremamente desigual, especialmente no Ensino Superior. Os cursinhos populares são iniciativas extragovernamentais existentes desde a década de 50 no Brasil que atuam como facilitadores no acesso à universidade das camadas mais vulneráveis da população. Ao unirem diferentes extratos sociais e buscarem a redução das desigualdades educacionais, os cursinhos podem ser fontes de ricas pesquisas sobre a juventude e uma educação emancipatória. Mas esses locais também podem reproduzir métodos e concepções pedagógicas instrumentais voltadas unicamente à aprovação em vestibulares. É sobre esses tópicos que o presente texto busca contribuir.

**Palavras-chave:** Cursinhos Populares, juventude, Educação Superior.

---

<sup>1</sup> Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade de São Paulo (2019). Atualmente realiza mestrado acadêmico em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e MBA em Gestão Escolar pelo Pecege/USP. É servidora pública do município de Elias Fausto (SP), atuando como professora de ciências. Tem experiência com pesquisas nas áreas de Ecologia, com ênfase em Microbiologia, e Educação, com ênfase em Educação Popular. | [marianavicente.bio@gmail.com](mailto:marianavicente.bio@gmail.com)



## Resumen

Juventud es un concepto polisémico que involucra la dimensión biológica de los individuos y su potencial de intervención en los caminos colectivos de cada sociedad. Estos caminos son latentes de los intereses de quienes socializan la juventud. Esto destaca las trayectorias escolares e la formación social brasileña que históricamente produjo, por su condición dependiente, un sistema educativo extremadamente desigual, especialmente en la Educación Superior. Los cursos preuniversitarios populares son iniciativas extragubernamentales que existen desde la década de 1950 y buscan facilitar el acceso a la universidad para los estratos más vulnerables de la población. Al unir diferentes estratos sociales y buscar reducir las desigualdades educativas, estos cursos pueden ser fuentes de investigación sobre la juventud y educación emancipatoria. Pero estos lugares también pueden reproducir métodos y conceptos pedagógicos instrumentales destinados únicamente a aprobar los exámenes de ingreso. Es sobre estos temas que el presente texto busca contribuir.

**Palabras-clave:** Cursos preuniversitarios, juventud, Educación Superior.

## Abstract

Youth is a polysemic concept that involves a biological dimension of individuals and their potential for intervention in collective paths of each society. These paths are latent from the interest of who socialize the youth. This highlights the school trajectories and the history of Brazilian society that produced, by Brazilian dependent condition, an extremely unequal educational system, especially in Higher Education. Preparatory courses for entrance exam, called “popular cursinhos”, are extra-governmental initiatives that have existed in Brazil since the 50s and aim to facilitate the access to universities for the most vulnerable communities of the country. By uniting different social strata and seeking to reduce educational inequalities, popular cursinhos may be sources of research of youth and emancipatory education. But these places can also reproduce methods and pedagogical concepts of an instrumental education, focusing mainly on entrance exams approval. It’s on these topics that the present text pursue to contribute.

**Keywords:** Preparatory courses, Youth, Higher Education.

## Introdução

A temática das desigualdades educacionais não é novidade na história da educação brasileira, mas a expansão que ocorreu no sistema básico de ensino nos últimos vinte anos, somada à ampliação de vagas no Ensino Superior desde a criação de um maior número de instituições federais até a oficialização de políticas de ações afirmativas<sup>2</sup>, gerou um movimento onde a

<sup>2</sup> Em 2002 o Estado brasileiro instituiu o Programa de Ações Afirmativas no Brasil, após se comprometer com essa prática na III Conferência Mundial contra o Racismo,



pressão de acesso migrou do ensino Básico ao nível Superior (SPOSITO, SOUZA, SILVA, 2018).

Esses níveis escolares abrangem idades associadas à juventude: da infância e adolescência no ensino Básico até o início da vida adulta no Ensino Superior. Desta forma, enquanto espaços fundamentais de socialização dos indivíduos, o período de escolarização e as trajetórias educacionais se tornam fundamentais para compreender os processos de formação das juventudes.

Porém, embora usualmente seja associado a um determinado intervalo de existência física, há mais de uma década já é consenso entre pesquisadores da área que o conceito de juventude vai muito além de uma categoria biológica. Ele traz consigo debates sobre contextos sociais geracionais, ou seja, a inserção social na qual os indivíduos de uma determinada sociedade estão alocados – o que envolve sua classe social, raça, gênero, região, posição geracional, entre outros – e potencialidades para um futuro, construídos no presente (AUGUSTO, 2005).

Assim, considerando as características da formação social brasileira e, por consequência as desigualdades dentro do nosso sistema educacional, as possibilidades de desenvolvimento da juventude no país não são equânimes.

E é justamente na mobilização daqueles jovens cujas trajetórias foram limitadas por um sistema educativo excludente que os Cursinhos Pré-Vestibulares Populares (PVPs), também chamados “cursinhos alternativos” ou apenas “cursinhos populares”, buscam intervir. Tomando por princípio uma intermediação extragovernamental para o acesso ao Ensino Superior no Brasil, os PVPs são bastante relacionados a espaços universitários e unem, em sua maioria, faixas etárias e estratos sociais que são caracterizados como juventude.

Calcados numa concepção onde se compreende a educação como fator para a ascensão social - ou, ao menos, para sua manutenção -, as juventudes que se encontram nos cursinhos populares são mediadas por uma série de contradições que envolvem desde a reprodução de cursinhos privados até os conflitos gerados pela constante precariedade da vida infanto-juvenil individual e coletiva no Brasil.

---

Discriminação Social e Xenofobia e Intolerâncias Correlatas que ocorreu no ano anterior. Entre os compromissos firmados estavam: a política de cotas étnico-raciais de acesso ao Ensino Superior e concursos públicos e o ensino da cultura e história dos povos afro-descendentes e indígenas (MOCELIN, 2020).



## Reflexões sobre o conceito de juventude

Juventude é um termo polissêmico que envolve dimensões temporais entre diferentes indivíduos e suas capacidades de intervenção nos destinos individuais e coletivos em cada contexto histórico e social. De acordo com Augusto (2005), uma das possíveis leituras sobre a juventude é colocando-a enquanto categoria social em oposição à fase adulta, identificada a partir da autonomia financeira da família e legitimação da vida sexual pela capacidade de gerar seu próprio núcleo familiar após o casamento. Alinha-se a tal concepção uma série de características comportamentais contraditórias atreladas à categoria jovem como: imaturidade, inexperiência, rebeldia, impulsividade e, ao mesmo tempo, audácia, despojamento, espiritualidade.

Essa caracterização, entretanto, é insuficiente, dado que não apenas generaliza uma parcela da condição juvenil como desconsidera os fatores históricos e sociais que constituem a psique humana. A própria autora, assim, já concebe outras leituras onde a juventude não é apenas uma fase intermediária entre a infância e maturidade, mas pode representar duas outras categorias: a realização de uma meta de vida ou uma força renovadora da sociedade.

Sobre a primeira, as características favoráveis atribuídas à juventude como vivacidade, beleza e saúde do corpo, capacidade de constante renovação e liberdade na ocupação do tempo, se tornam imperativas, ou seja, se tornam fonte de desejo e passam a representar o ideal para todas as faixas etárias. Isso se daria especialmente devido à maior longevidade dos indivíduos na sociedade atual, que permite a coexistência de diferentes gerações entre si (AUGUSTO, 2005).

Já sobre a última, ela se baseia na elaboração teórica de Karl Mannheim. Para o autor, o conceito de gerações é subdividido em três tópicos: posição geracional, conexão geracional e unidade geracional. O primeiro abrange o ano de nascimento e contexto histórico-social que influem sobre todos de uma mesma época; o segundo envolve a participação política aplicada dos indivíduos de uma geração; enquanto o último trata de como cada grupo processa os fatos históricos de seu tempo. Desta forma, a juventude não é uniforme nem ao longo do tempo histórico e nem dentro de cada sociedade (WELLER, BASSALO, 2020).

Em suas palavras: "A juventude não se apresenta progressista nem conservadora por natureza, mas é uma potencialidade que está pronta para qualquer nova orientação da sociedade" (MANNHEIM, 1977, p.95). Seria,



portanto, mais correto tratar de juventudes, no plural, e sua função seria de atuar enquanto recurso latente que depende da natureza de quem as utiliza e da estrutura social de determinada sociedade.

As juventudes, assim, estariam sob a predominância dos objetivos políticos e ideológicos daqueles que as socializam em cada tempo histórico, seja na escala da produção ou da reprodução social. E como já bem desenvolvido por Marx e Engels em *A Ideologia Alemã* (2007, p.47):

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes. [...] A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios de produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual.

Considerando-se que o modo de produção dominante é o capitalismo, convém compreender a partir de qual classe e com qual horizonte social e político se elabora um processo educativo voltado à juventude, o que remonta a massificação da educação que ocorreu no século XX no Brasil.

### **A função da juventude num país de capitalismo dependente: educar para quê?**

A expansão do sistema educacional brasileiro ocorre concomitantemente a uma reestruturação do Estado burguês, que visava minimizar as contradições da luta de classes, dado que se passava por intensas mudanças políticas, econômicas e sociais em âmbitos nacionais e internacionais, a partir da universalização do modo de produção capitalista. Para compreender as limitações históricas e sociais da educação no país é preciso analisar as especificidades da formação social brasileira neste contexto.

Durante o período colonial e império, o Brasil caracterizava-se exclusivamente por ser um país agrário exportador. A partir de uma reorganização do capitalismo monopolista no início do século XX, as burguesias nacionais e internacionais reforçaram interesses comuns de exploração dos recursos e da força de trabalho dos países que não estavam no bloco central do imperialismo (MINTO, 2011).



Desta forma, seguindo a perspectiva de Florestan Fernandes, o fato de não ter havido uma ruptura com a dominação capitalista do regime anterior colocou o Brasil numa condição de dependência crônica. A partir das diferentes condições de desenvolvimento das forças produtivas entre países centrais e dependentes, tanto o subdesenvolvimento não seria uma condição intermediária para o pleno desenvolvimento quanto até as conquistas sociais nos países dependentes seriam limitadas. E como a formação do Estado brasileiro não surge a partir de um processo de revolução nacional e democrático, mas, antes, como a expressão das classes dominantes que buscavam manter sua hegemonia, tal interesse refletia não apenas no setor produtivo, mas também na esfera da reprodução social, que envolve a educação (Ibid).

As escolas possuíam uma tarefa dupla: ao mesmo tempo que buscavam profissionalizar os quadros de elite que comporiam o Estado burguês, elas também buscavam disciplinar as camadas populares, majoritariamente negras e imigrantes, à nova realidade republicana, urbanizada e industrial. O sistema educacional deste período dividia os níveis escolares de forma correspondente à divisão econômica e social do trabalho, implementando medidas como a obrigatoriedade de frequência, o ensino simultâneo das classes, a elaboração de um currículo voltado ao nacionalismo e à educação cívica, cristã e enciclopédica, aplicação de testes psicológicos e de inteligência e a serialização das turmas (SCHWARTZMAN et al., 2000; CARVALHO, 2003).

Esses critérios geraram uma das principais problemáticas educacionais do século passado, que foi a questão da desigualdade educacional, gerada pela intensa reprovação e evasão escolar que afetavam de forma mais intensa as camadas mais vulneráveis da juventude, afastando-as das instituições escolares e levando-as a precocemente se ocuparem de trabalhos precários (GIL, 2018). Essas desigualdades se iniciavam no Ensino Básico e geravam um efeito cascata que foi sustentado por décadas até Ensino Superior.

Durante a década de 60, há uma expansão industrial no Brasil, decorrente do período entre guerras, que, em alguns momentos, tem forte caráter nacional e, em outros, vencem os interesses externos e as multinacionais se alastram por todo o país. É a partir da atuação dessas multinacionais que a transferência de valor aos países centrais garante a manutenção da condição dependente e exploratória no Brasil. De toda forma, por interesse do Estado de uma formação técnica que suprisse a

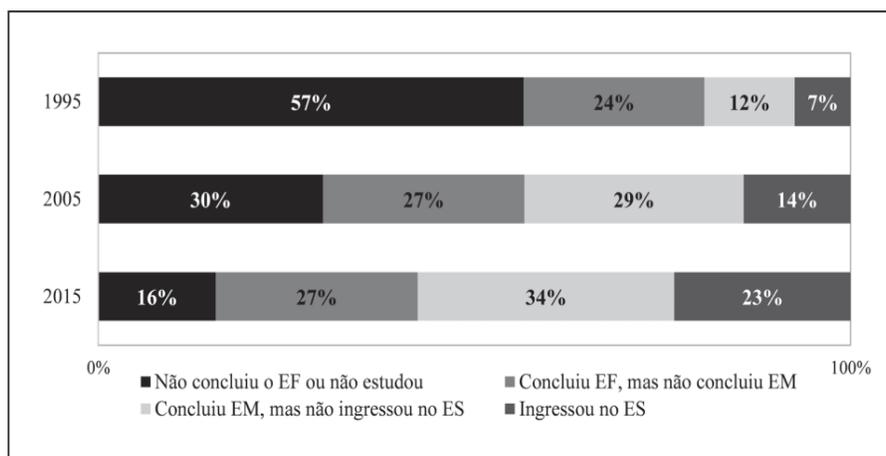


demandas das indústrias de base em desenvolvimento, entre outros motivos, houve uma expansão de vagas do nível Superior durante a Ditadura Militar. Esse processo, entretanto, foi um novo momento de reorganização da posição dependente do Brasil (MINTO, 2011).

Dessa forma, seja no sistema básico ou superior, a expansão do sistema de ensino é limitada a uma formação excludente e enfrenta uma série de contradições inerentes da condição dependente do Brasil. Em outras palavras, o intuito dessa educação não era a emancipação dos oprimidos ou a busca pela soberania nacional, mas uma capacitação técnica e disciplinadora necessária para as recentes transformações das forças produtivas no contexto brasileiro.

Já após o período de redemocratização, na educação o maior destaque de mudanças ocorreu nos últimos vinte anos. As mais significativas foram: a obrigatoriedade da matrícula escolar para crianças e jovens entre 4 e 17 anos, os recordes na taxa de alfabetização da população maior de 15 anos (chegando a 93% em 2017), o aumento do número médio de estudos completos de 6,5 para 9,9, a universalização do Ensino Fundamental, a cobertura acima de 90% de matrículas no Ensino Médio e a expansão de números de vagas e matrículas no Ensino Superior (SENKEVICS, CARVALHO, 2020; SPOSITO; SOUZA; SILVA, 2018).

**Gráfico 1.** PNAD 1995 / 2005 / 2015



Fonte: SENKEVICS; CARVALHO, 2020.

O gráfico acima, desenvolvido a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) entre os anos de 1995 a 2015, evidencia os

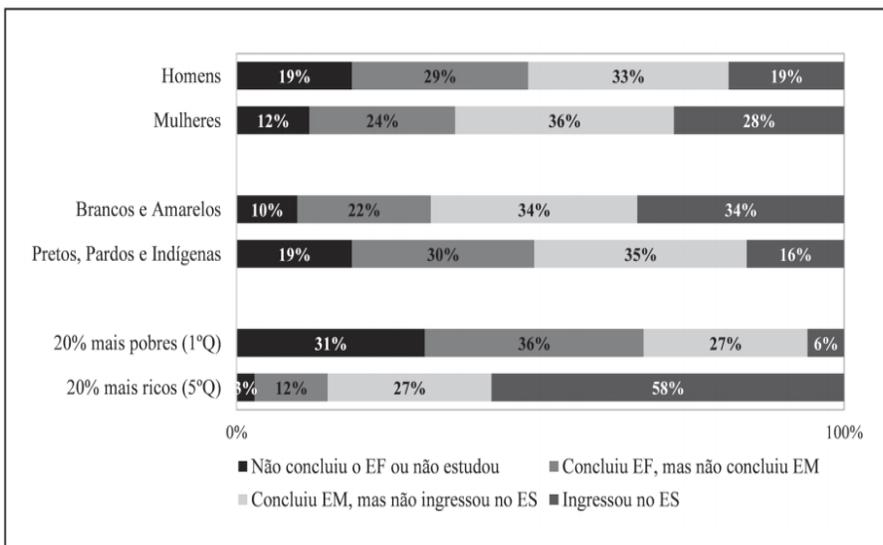


reflexos das políticas educacionais no que refere às trajetórias escolares da população jovem. É evidente a redução massiva, embora ainda persistente, de não concluintes do nível Fundamental e o aumento significativo de acesso ao Ensino Médio e Ensino Superior.

Enquanto o acesso para o Ensino Fundamental hoje é eficiente, não se pode dizer o mesmo de sua permanência, ainda em decorrência de taxas de reprovação e evasão escolar que afetam as camadas mais populares, de forma que aqueles com menor escolaridade realizam trabalhos mais precarizados e possuem uma renda menor. Em suma, tivemos avanço, mas ele foi insuficiente para suprir o hiato educacional herdado do século XX em nosso país (SENKEVICS, CARVALHO, 2020; SPOSITO; SOUZA; SILVA, 2018).

O Ensino Médio tem sido o novo campo de foco, devido à identificação da manutenção da estratificação educacional nesse nível de ensino e sua perceptível estabilização em números de matrículas nos últimos quinze anos. Para dados de comparação, em 2015, 43% dos jovens de 18 a 24 anos sequer eram elegíveis para o Ensino Superior por não terem concluído o Ensino Médio. Entre os 57% restantes, ou 13 milhões de jovens que conseguem concluir o Ensino Médio, apenas 23% acessam as Instituições de Ensino Superior (IES) (Ibid).

**Gráfico 2.** PNAD 2015



Fonte: SENKEVICS; CARVALHO, 2020.



E esse acesso ainda hoje é extremamente heterogêneo, como é possível observar no gráfico a seguir: as mulheres representam  $\frac{2}{3}$  de quem acessa o Ensino Superior, possivelmente como continuidade à reversão do hiato educacional de gênero existente desde a década de 60 no país; jovens brancos e amarelos representam o dobro (34%) de matriculados em IES em oposição à negros e indígenas (16%); e o quintil mais rico é hiper presente no Ensino Superior, alcançando quase 60% das vagas, em oposição ao quintil mais pobre que sequer se torna elegível a este nível de ensino porque foi barrado pelo sistema de educação anteriormente, inclusive tendo ainda hoje  $\frac{1}{3}$  de sua população como não concluintes do Fundamental (Ibid).

Apesar da recente expansão do Ensino Superior, das políticas públicas de Ações Afirmativas e financiamento estudantil, como Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), ou disposição de bolsas, como o Programa Universidade Para Todos (ProUni), ainda há limitações concretas para o acesso ao Ensino Superior no Brasil, sejam elas pela falta de perspectiva de trabalho, pela dificuldade de conciliar estudos e trabalho, insuficiência de políticas de permanência na universidade, entre diversos fatores (Ibid).

Ainda segundo Senkevics e Carvalho (2020), esses dados demonstram a razão da alteração nos interesses de pesquisas para a transição entre o Ensino Médio e o Superior, campo esse que há duas décadas não estava em ênfase porque a demanda para esse nível escolar era pouca se comparada frente aos desafios educacionais do Ensino Básico. Por outro lado, hoje, 1,9 milhão de jovens finalizam o Ensino Médio todos os anos. Assim, em pouco tempo surgiu um número muito maior de candidatos elegíveis para prestar os vestibulares e acessar as IES.

De acordo com os autores, a estimativa de demanda para o Ensino Superior em 2015 era de 16,8 milhões de jovens de 18 a 29 anos. As matrículas, apesar de toda expansão, eram de apenas 8 milhões. Sendo assim, é numericamente impossível assimilar toda essa demanda com o número atual de vagas nas IES, sendo certo que pelo menos metade desse número sequer será matriculado - sem ainda contabilizar as evasões ou averiguar a qualidade de formação. Ou seja, a concorrência se amplificou vertiginosamente e a seletividade educacional foi deslocada para níveis maiores de escolaridade (Ibid).

A questão que urge de toda essa contextualização é: e o que acontece com os 8,8 milhões de jovens em idade ideal para dar continuidade aos estudos que não acessam o Ensino Superior? Sabe-se que muitos entram precocemente no mundo do trabalho e ali permanecem por uma



série de fatores sociais e psicológicos. Mas alguns se agarram à possibilidade de ascensão social e satisfação pessoal que uma graduação pode fornecer a si e sua família. São estes que vibram de esperança quando surgem cursinhos populares.

### **A alternativa dos excluídos: a emergência dos cursinhos populares**

De acordo com Marx e Engels (2007, p.40):

A história nada mais é do que o suceder-se de gerações distintas, em que cada uma delas explora os materiais, os capitais e as forças de produção a ela transmitidas pelas gerações anteriores; portanto, por um lado ela continua a atividade anterior sob condições totalmente alteradas e, por outro, modifica com uma atividade completamente diferente as antigas condições.

Embora haja um grande esforço por parte da burguesia nacional e do Estado brasileiro de utilizar a escolarização enquanto ferramenta de dominação social, a própria condição precária da vida impede um movimento de completo subjugo das camadas populares e, de forma dialética, cria as movimentações sociais e políticas que buscam a superação da sua exploração.

Este é o caso dos cursinhos populares que, por reconhecerem a herança histórica da desigualdade educacional brasileira, buscam contribuir no acesso à Educação Superior, em especial para as camadas em maior vulnerabilidade da população, como pessoas negras, LGBTQs, indígenas e quilombolas e de baixa renda.

Seu surgimento se dá a partir de 1950 quando há uma primeira expansão do Ensino Superior no Brasil e efervescência política da juventude, que faz o movimento estudantil de universidades públicas buscarem preparar as camadas médias para o processo seletivo do vestibular, como foi o caso dos primeiros cursinhos registrados: o Cursinhos da Poli, na Faculdade Politécnica da USP em São Paulo, e o cursinho realizado pelo Centro Acadêmico Armando Sales de Oliveira (CAASO) em São Carlos (CASTRO, 2005).

Já nas décadas posteriores, os PVPs se aproximaram da Educação Popular, especialmente a partir de uma segunda onda de cursinhos



relacionados à Teologia da Libertação e aos Movimentos Eclesiais de Base da igreja católica (Ibid).

Uma diferença significativa entre a primeira e segunda onda de cursinhos reside no fato que a primeira buscava pontualmente amenizar as dificuldades educacionais dos vestibulandos das camadas médias, não necessariamente trazendo discussões sobre as desigualdades educacionais ou sobre o diálogo entre a universidade e as demandas da população brasileira. O segundo, ao contrário, tinha suas bases fincadas numa concepção educacional de caráter emancipatória, de participação e formação política, para além do mero acesso e que questionava o papel da universidade em si, ou seja, eram ações políticas e educacionais motivadas pela efetiva intervenção nos rumos da sociedade.

Além da membros da igreja católica, movimentos sociais, estudantis, sindicais, comunidades de bairro, partidos políticos e ONGs também contribuíram para o estabelecimento dos PVPs como iniciativas contra hegemônicas.

Destaca-se um importante marco de organização dos cursinhos populares que ocorreu em meados dos anos 80 através do movimento negro no Rio de Janeiro: o EDUCAFRO (Educação Para Afro-descendentes e Carentes). Este cursinho surge a partir de uma campanha de fraternidade da igreja sobre o centenário da abolição da escravidão no Brasil e está, segundo Castro (2005), entre as experiências de cursinhos mais bem-sucedidos do país.

O EDUCAFRO não apenas visava viabilizar o acesso de populações negras e de baixa renda ao Ensino Superior, buscando a redução das desigualdades educacionais para estes grupos sociais, como também se concebeu enquanto movimento social nas lutas por moradia, direitos humanos e reforma agrária. Além disso, foi uma importante força mobilizadora na luta pela isenção de taxas dos vestibulares e pelo sistema de cotas em IES (Ibid).

Assim, é perceptível que há uma multiplicidade de concepções pedagógicas em torno dos PVPs, que envolve desde a reprodução conteudista – mas num período mais curto de tempo – do currículo do Ensino Médio até uma educação crítica e abertamente política que chega a intervir de forma ampla na sociedade, através da formulação de políticas públicas.

Com este breve histórico, portanto, é possível perceber contradições marcantes nos cursinhos alternativos desde sua origem, estando, assim,



sempre atrelados aos objetivos que os organizadores dos cursinhos atribuíam à própria atuação e à juventude. E é neste ponto que entram dois grupos relevantes de juventude que constituem os PVPs: aqueles concluintes ou recém formados do Ensino Médio que não conseguiram acessar o Ensino Superior e os universitários.

Enquanto os primeiros são adolescentes e têm, no geral, entre 15 a 18 anos, os segundos têm entre 18 a 25 anos e já passaram por mais vivências que os aproximam da vida adulta, o que os coloca em categorias diferentes de juventude, de acordo os conceitos desenvolvidos por Sposito, Souza e Silva (2018)<sup>3</sup>.

Isso é relevante porque coloca em encontro jovens que não apenas estão em diversas faixas etárias como também em situações educacionais diferentes e até antagonistas, visto que aqueles que acessaram a universidade tem mais chances de serem das camadas socialmente mais privilegiadas enquanto o público-alvo dos cursinhos é exatamente de grupos mais marginalizados.

Mas, embora contemplem distintos estratos sociais, os cursinhos são iniciativas que geram um vínculo entre os indivíduos participantes a partir de ações coletivas que buscam efetivamente alterar o destino comum de determinados grupos e contextos histórico-sociais. Em outras palavras - e utilizando os conceitos de Mannheim -, apesar destas juventudes estarem em posições geracionais diferentes, elas formam uma conexão geracional. E essa conexão pode ser efetivada em uma unidade geracional a partir das concepções político-pedagógicas daqueles que constroem os cursinhos populares.

Como não se pode afirmar que a juventude tenha determinada orientação política à priori e os cursinhos populares são, em sua vasta maioria, arquitetados por setores da juventude, não é coerente afirmar que, unicamente por ser um cursinho popular e ser direcionado a camadas mais

---

<sup>3</sup> Para a autora, a juventude poderia ser dividida em três faixas principais: de 15 a 17 anos, marcados principalmente pela vivência escolar e, nos casos das camadas mais precarizadas, pela evasão escolar e a atividade laboral precoce; de 18 a 24 anos, com uma maior heterogeneidade de vivências que vão desde o acesso ao ensino universitário até um grande contingente de jovens que nem trabalham e nem estudam; e dos 25 a 29 anos, período etário de conclusão dos estudos, inserção da vida profissional, conquista da autonomia financeira e experiência da parentalidade.



precarizadas da sociedade, ele tenha perspectivas emancipatórias. As implicações dessa reflexão serão discutidas na próxima sessão.

### **Para além do acesso à Educação Superior: o papel contraditório dos cursinhos para a juventude brasileira**

Há abundantes pesquisas sobre diversos cursinhos populares por todo o país, sendo predominantes os estudos de caso ou de comparação com outros tipos de cursinhos.

156

Destaca-se que os PVPs possuem uma heterogeneidade de funcionamento, organização interna, dinâmica de aulas, processos seletivos para estudantes, perfis de professores e locais de funcionamento (CASTRO, 2005). Somado ao fato que nem todos têm alguma institucionalidade, a unificação de dados amplos sobre a quantidade de cursinhos existentes e números de alunos ou educadores atuantes é limitada. Ainda assim, de acordo com Zago (2008), há estimativas que existam pelo menos 800 cursinhos populares espalhados por todo o Brasil, sendo a maior incidência na região sudeste do país.

Esse dado notabiliza uma problemática: a normalização da juventude brasileira por um intermédio entre o Ensino Médio e o Superior. Isso evidencia, por um lado, a insuficiência educacional do Ensino Médio, em especial o público, para a competitividade crescente por vagas nas IES brasileiras e, por outro, que há grupos sociais dispostos a se interpor diante dessa necessidade concreta da juventude. Esses grupos podem ser tanto os cursinhos populares quanto cursos preparatórios da iniciativa privada.

Em relação aos cursos privados, há de se pensar na assimetria de preparação entre eles e os cursinhos populares. De acordo com Fernandes (2015), cursinhos privados corroboram à manutenção de desigualdades educacionais, visto que eles se especializam em determinadas instituições ou áreas prestígio social de Ensino Superior, como medicina, direito e engenharia, ou seja, áreas historicamente ocupadas por grupos sociais de alta renda e por pessoas racializadas como brancas. A desproporção entre esses grupos e todos os outros estudantes que concorrem em condições comuns, sejam eles de cursinhos populares ou até escolas privadas, é descomunal.

Além disso, a lógica de educação é totalmente direcionada para o vestibular, de forma a ignorar aspectos de uma educação crítica,



desconsiderando interesses dos estudantes e até a futura utilidade de determinados conteúdos na área de formação. Foca-se predominantemente em metodologias instrumentalistas que possibilitem um melhor rendimento no vestibular, dando uma compreensão bastante utilitarista da educação (FERNANDES, 2015).

Isso ocorre pelo fato dos alunos desses cursinhos enxergarem a educação como investimento, inclusive estudantes de escolas públicas que veem nesses locais uma oportunidade de acesso a determinados conteúdos que não foram vistos ao longo de seus estudos. Fernandes (2015) ainda destaca a preocupação de alcançar o Ensino Superior com o único objetivo de obter melhores empregos, sem considerar todos outros amplos horizontes aos quais esse nível de escolaridade e a educação em si podem contribuir a nível cultural, filosófico e pessoal.

Trazer essa contextualização é importante porque mesmo entre os cursinhos populares podem existir concepções pedagógicas focalizadas por uma lógica mercantilista de aprovações no vestibular, ou seja, elas podem reproduzir os modelos de cursinhos privados, mas com público-alvo específico para uma população mais vulnerável, o que limita uma busca real de transformação social.

Cito dois exemplos. O primeiro é o caso do Cursinho da prefeitura de Piracicaba (SP). Ele existe desde 2005 e já teve mais de 5 mil estudantes. As vagas são exclusivas para estudantes que concluíram o 3º ano do Ensino Médio em escolas públicas ou bolsistas integrais em escolas particulares. O cursinho possui 150 vagas anuais, mas, no ano de 2020, em torno de 1.100 pessoas se inscreveram, o que gerou uma relação de quase 7,5 candidatos por vaga (Maestro, 2019), número este maior até do que diversos cursos de graduação nas melhores universidades do país. Embora se identifique enquanto popular, o um processo seletivo se dá por meio de uma avaliação escrita e, posteriormente, uma entrevista socioeconômica. Dessa forma, se busca selecionar apenas os melhores estudantes oriundos das camadas populares ou, escrito de outra forma, aqueles que teriam maiores chances de serem aprovados no vestibular. É, de forma contraditória, a lógica meritocrática do vestibular reproduzida num curso que se diz popular.

Outro exemplo é do cursinho do ITA em São José dos Campos (SP), chamado CASD Vestibulares, que foi concebido por membros do Centro Acadêmico, mas quis se desprender desse vínculo "político". Nesse caso, o artigo de Socorro e Vertamatti (2004, p. 3) cita o cursinho como "empreendimento educacional" e chega a dar o passo-a-passo - que contem



sua “missão e visão” - para que ele seja reproduzido em qualquer região, o que é bastante polêmico se se partir do princípio que o cursinho popular deve se relacionar com o contexto social no qual ele está inserido.

Este curso tem parceria com o Colégio Anglo, além de sua fiscalização e avaliação de qualidade serem rigorosas, muito assemelhando-se aos procedimentos de cursinhos privados. Ele tem processos seletivos muito concorridos para professores voluntários, chegando a ter 50 candidatos por vaga e que contam com aula teste e entrevistas individuais. O artigo ainda traz a informação: “Cabe registrar que 4 dos 5 diretores do Colégio Anglo – escola sede hoje - haviam se formado em engenharia no ITA, e deles, pelo menos dois haviam ministrado aulas no antigo Curso CASD” (SOCORRO; VERTAMATTI, 2004, p. 4).

A crítica não busca desmerecer o trabalho dos estudantes e organizadores dessas iniciativas, mas expor como a heterogeneidade dos PVPs pode deixá-los num limiar entre mero assistencialismo e instituição privada em potencial. O maior exemplo desse último é o Cursinho da Poli que, como dito anteriormente, foi um dos primeiros cursinhos do país. Ele não se guiava pela transformação social e hoje possui mais de 20.000 estudantes, chegando até a vender sistemas apostilados para outros cursos pré-vestibulares privados e populares (CASTRO, 2005).

Em suma, portanto, o diferencial dos cursinhos populares está na sua juventude e potencialidade de transformação social, política e ética, para além da socialização do capital e pela emancipação humana, especialmente porque tratam-se de iniciativas que estão fora de qualquer preceito do Estado, seja políticas públicas, currículos, limitação de carga horária, entre outros. Quando essas iniciativas riquíssimas se orientam por lógicas mercantilizadas e miméticas de cursos privados, elas não apenas perdem sua maior contribuição como, em mesma escala, ganham força como possível cursinho privado no futuro.

Por fim, se é verdade que “a juventude é o pioneiro predestinado para qualquer mudança da sociedade”, como afirma Mannheim (1977, p. 95), que tenhamos honestidade na crítica e determinação para desenvolver nossos projetos sociais e educacionais dentro de uma perspectiva realmente crítica e que busque a transformação das atuais e tão dramáticas condições de existência de nossa sociedade, pois qualquer atividade fora disso tem mais potencial para dissimular os problemas de nossa condição de exploração do que de, efetivamente, resolvê-los.



## Referências

- AUGUSTO, M. Retomada de um legado intelectual: Marialice Foracchi e a sociologia da juventude. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v.17, n.2, 2005.
- CASTRO, C. **Cursinhos alternativos populares: movimentos territoriais de luta pelo acesso ao ensino público superior no Brasil**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2005.
- CARVALHO, M. **A escola e a república e outros ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- FERNANDES, F. Neoliberalization of education in Brazil: the impact of cursinhos and the private sector on pedagogical practices and access to university. **Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies**, v.40, n.3, p. 351-367, 2015.
- GIL, N. **Reprovação escolar no Brasil: história da configuração de um problema político-educacional**. Revista Brasileira de Educação, v.23, 2018.
- MAESTRO, F. Cursinho gratuito oferecido pela Prefeitura de Piracicaba recebe inscrições. **Piranot**. Acesso em: 10/01/2021. Disponível em: <<https://www.piranot.com.br/noticias/piracicaba/cursinho-gratuito-oferecido-pela-prefeitura-de-piracicaba-recebe-inscricoes/87249/>>.
- MANNHEIM, K. A função das novas gerações. In: PEREIRA, L. e FORACCHI, M. **Educação e Sociedade: leituras de sociologia da educação**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MINTO, L. **A educação da “miséria”**: particularidade capitalista e educação superior no Brasil. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2011.
- MOCELIN, C. S. Uma análise marxiana da política de cotas no ensino superior público brasileiro. **R. Katál**, Florianópolis, v.23, n.1, p.101-110, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592020v23n1p101>.
- SCHWARTZMAN, S., BOMENY, H. M. B., COSTA, V. M. R. **Tempos de Capanema**. Fundação Getúlio Vargas, Editora Paz e Terra, 2ª ed, 2000.
- SENKEVICS, A. S.; CARVALHO, M. P. Novas e velhas barreiras à escolarização da juventude. **Estudos Avançados**, v.34, n.99, p.333-352, 2020.



- SOCORRO, A. A.; VERTAMATTI, E. Um modelo de implantação e gerenciamento de projeto social através do ensino pré-vestibular. **Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia**, Brasília, setembro, 2004.
- SPOSITO, M. P.; SOUZA, R.; SILVA, F. A. A pesquisa sobre jovens no Brasil: traçando novos desafios a partir de dados quantitativos. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v.44, e170308, p.1-24, 2018.
- WELLER, V. A atualidade do conceito de gerações em Karl Mannheim. **Revista Sociedade e Estado**, v.25. n.2, p.205-224, 2010.
- WELLER, V.; BASSALO, L. A insurgência de uma geração de jovens conservadores: reflexões a partir de Karl Mannheim. **Estudos Avançados**, v.34, n.99, 2020.
- ZAGO, N. Cursos pré-vestibulares populares: limites e perspectivas. **Perspectiva**, Florianópolis, v.26, n.1, 149-174, 2008.

*recebido em 03 mar. 2022 | aceite em 27 dez. 2022*

